

Thiago Canettieri

O debate sobre as ocupações urbanas revisitado

entre o vício (da virtude) e a virtude (do vício), a contradição

Resumo

A produção do espaço urbano tem gerado, em escalas sempre abrangentes, constante exclusão e segregação. Uma de suas várias expressões é encontrada no acesso à moradia. Assim, observa-se nos últimos anos a proliferação do fenômeno das ocupações urbanas. No entanto, a interpretação do fenômeno por parte dos pesquisadores tem sido divergente: um grupo entendendo as ocupações como reflexo da reprodução do capital, enquanto outros autores consideram as ocupações uma possibilidade de se pensar novas formas de produzir a cidade. O presente trabalho é uma contribuição teórica à discussão referente à questão das consequências das ocupações urbanas a partir do confronto de tais ideias para entender o que significa a produção das ocupações urbanas no atual espaço urbano brasileiro.

Palavras-chave: Ocupações; Segregação Espacial; Espaço Urbano; Direito à Cidade.

Abstract

The production of urban space has generated, in ever extensive scales, constant exclusion and segregation. One of several expressions is found in poor's access to housing. Thus, it is observed in recent years the proliferation of the phenomenon of urban occupations. However, the interpretation of the phenomenon by the researchers have been divergent: some of them understands the occupations as a reflection of the reproduction of capital while others consider occupations as a possibility to think new ways of producing the city. This work is a theoretical contribution to the discussion regarding the issue of the consequences of urban occupations from the confrontation of these ideas to understand what it means to the production of urban occupations in the current Brazilian urban space.

Keywords: Occupations; Spatial Segregation; Urban Space; Right to the City.

Thiago Canettieri

é doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Geografia - Tratamento da Informação Espacial na PUC-Minas (2014). Possui graduação em Bacharelado e Licenciatura em Geografia pela PUC-Minas (2012). Pesquisador do Indisciplinar (UFMG - CNPq) e do Observatório das Metrôpoles.

thiago.canettieri@gmail.com

INTRODUÇÃO

A produção capitalista do espaço urbano tem gerado constante exclusão e segregação. Não há novidade nesse argumento, como já explorado por vários autores em várias oportunidades (SANTOS, 1978; HARVEY, 1980, 1985, 2012; MARICATO, 2003; CANETTIERI, 2014). Em especial, destaca-se a exclusão que ocorre no acesso à moradia em processos mediados pelo mercado, o que, segundo Maricato (2003), implica em restrições de acesso à parte da população. Dessa forma, na contramão da via do mercado, ocorre a produção de moradia por meio de autogestão e da autoconstrução através das ocupações de terrenos e imóveis abandonados, deixados, assim, pela especulação, enquanto milhares de famílias continuam sem lugar para morar.

Hoje, no Brasil, observa-se a explosão de várias ocupações urbanas das famílias pobres que, não tendo onde morar, buscam viabilizar o seu habitar na cidade. Nesse contexto, pesquisadores têm investido na compreensão desse fenômeno e divergem nas conclusões referente às ocupações urbanas. Mesmo dentro de uma tradição marxista da teoria crítica da urbanização, essa divergência é encontrada. Embora seja saudável para um debate acadêmico, é necessário ter o rigor teórico de cada contribuição analisado para o desenvolvimento da discussão, em especial com uma temática que ganha espaço de destaque na sociedade brasileira.

O presente trabalho é uma contribuição à discussão referente à questão das consequências das ocupações urbanas a partir da interpretação divergente que alguns autores realizam deste fenômeno. O debate pode ser sintetizado em dois grupos. Um primeiro, como Bonduki e Rolnik (1979), Kowarick (1979), Oliveira (2006), Maricato (2003) e Harvey (1985), destacam que as ocupações são reflexo da reprodução do capital e que, na verdade, contribuem para que a classe capitalista se aproprie dos lucros a partir da reprodução da classe trabalhadora a baixos custos. Outro grupo de autores, no qual podemos inserir Ferro (2006), Lopes (2006), Souza (2006), Benjamin (2008) e Swyngedouw (2014), considera as ocupações e seus processos próprios, como a organização dos mutirões autogestionários, formas essenciais que possibilitam pensar novos modos de produzir, organizar e viver a cidade.

Acreditamos ser uma necessidade urgente confrontar tais ideias para entender o que significa a produção das ocupações urbanas no atual espaço urbano brasileiro, permitindo refletir sobre a produção capitalista do espaço, bem como oferecer uma crítica a esse processo.

O artigo, portanto, a fim de construir esta argumentação, está organizado da seguinte maneira: em primeiro lugar apresenta-se a discussão sobre as ocupações urbanas, buscando entender por que e como elas ocorrem. Em seguida, é tratada a questão referente à apropriação que a lógica capitalista pode realizar sobre as ocupações urbanas; utilizamos aqui, para ilustrar essa dimensão, a expressão de Oliveira (2006) designada como o “vício da virtude” – ou seja, a apropriação indevida dessa prática popular de estar/habitar na cidade. No entanto, é necessário apresentar também as positivities que estão envolvidas no ato de ocupar destas famílias, sublinhando as virtudes que as ocupações oferecem não apenas àquelas famílias, mas também uma crítica anticapitalista da produção do espaço urbano. Dessa forma, buscamos destacar como as ocupações representam uma nova forma de organizar o cotidiano, não apenas das famílias ocupantes, mas da cidade como um todo. Por fim, expõem-se as considerações finais do texto.

AS OCUPAÇÕES URBANAS

No processo de produção capitalista do espaço urbano, o acesso da população a residências é determinado pela capacidade de pagamento. Este fato se deve à inversão do valor de uso para a importância exagerada do valor de troca, movimento que se iniciou, segundo Harvey (2013), a partir do século XVIII na Europa. Trata-se de quando é possível identificar a construção de casas para a especulação imobiliária voltada para a realização do valor de troca, e não do seu valor de uso. Assim, a produção, comercialização e, até mesmo, a posse de moradia se tornam formas de se obter ganhos financeiros através da especulação. Moradia se tornou um investimento.

Dentro deste contexto, Abramo (2009) apresenta a existência de três grandes lógicas a partir das quais ocorrem o acesso à moradia nas cidades contemporâneas: 1) a lógica do Estado, em que o acesso ocorre por meios de políticas públicas; 2) a lógica do mercado e, portanto, mediada pelas grandezas monetárias; 3) a lógica da necessidade, que representa a motivação e a instrumentalização da instalação dos indivíduos na cidade. Mas, deve ser destacado que todas as três possuem uma interseção, estando submetidas à lógica capitalista, colocada como hegemônica. O Estado cumpre a demanda de forma bem específica em locais não vantajosos para o capital privado ou, ainda, criando condições para que o capital privado possa especular e, assim, acumular. Também de maneira específica, mas no polo oposto, age a lógica

do mercado, baseada na apropriação da maior parcela possível de lucro. Entre as duas, a lógica da necessidade apresenta a oportunidade de inserção, mesmo que precária, da força de trabalho no contexto da cidade (CANETTIERI, 2014).

Assim, com os mercados de moradia restritos e segregados, e sendo a população incapaz de acessar a moradia pela via do mercado e do Estado, o seu acesso é garantido através das ocupações. Como destacado em Canetti (2014), as ocupações são a resposta da população precarizada ao mercado de moradia excludente. As ocupações são a estratégia central para a reivindicação de moradias e o acesso à infraestrutura urbana (MARTINS, 2013).

As ocupações, como a concebemos, acontecem quando determinado grupo de pessoas sem acesso à moradia passa a ocupar terrenos e construções dos quais não têm posse formal. Essas ocupações “representam uma oportunidade de acesso à moradia” (CANETTIERI, 2014, p. 23), sendo impulsionadas pela lógica da necessidade (ABRAMO, 2009) de moradia não satisfeita pelas duas outras lógicas (do Estado e do Mercado).

De tal forma, as ocupações passam a significar elemento central na reprodução cotidiana de grande parte da população das cidades que vivem à margem do acesso formal à moradia.

O VÍCIO DA VIRTUDE

No estágio atual do capitalismo, o espaço urbano aparece como lugar onde se concentra as atividades produtivas, a infraestrutura necessária à produção e circulação. Mais do que isso, a produção do espaço se tornou a garantia da reprodução do capital (HARVEY, 2012). Todavia, não pode ser olvidada a questão de que é nas cidades onde acontece a reprodução da força de trabalho, e, portanto, foco do conflito entre as demandas relativas à acumulação do capital e às que se referem à sobrevivência da classe trabalhadora.

Da contradição imanente da produção capitalista do espaço, tem-se o nascimento das ocupações que os trabalhadores realizam. Maricato (2003) e Oliveira (2006) apresentam o caráter negativo em relação a essas ocupações. Para eles, a existência das ocupações, construída sob a organização do trabalho em regime de mutirão, significa a oportunidade de o capital reduzir os custos de produção, devido aos baixos salários e às condições precárias de vida, refletindo, portanto, uma maior apropriação de lucro.

O processo das ocupações deve ser sempre visto com olhos críticos, como alerta Maricato (2003, p. 158), já que essa tolerância “[...] está longe de signifi-

car uma política de respeito aos carentes de moradia ou aos direitos humanos”. A autora adverte que esses processos revelam, na verdade, interesses na manutenção de mercados de mão de obra. A própria autora afirma que as ocupações são muitas vezes toleradas pelo poder público pela sua necessidade social de reproduzir a força de trabalho, embora a elas continuem sendo sistematicamente negadas o direito à cidade.

Ou então, como aponta Oliveira (2006), o que aparece como virtude (a realização da moradia dos trabalhadores por conta própria) deve ser vista como um vício, devido à apropriação indevida que a classe capitalista realiza dessa produção do espaço. Em suas palavras, “isso funcionaliza a pobreza, tornando-a plástica e capaz de ser adaptada, cooptada, usada em cada momento e depois abandonada” (OLIVEIRA, 2006, p. 73).

Para o autor, a industrialização brasileira foi sustentada pela extração violenta de recursos da própria classe trabalhadora, que, ao construir suas próprias habitações, acaba reduzindo os custos de produção dos capitalistas e, assim, permitindo-os aumentarem a sua acumulação de capital. “Desse ponto de vista”, afirma Oliveira (2005, p. 68), “a autoconstrução era estranhamente um mecanismo de acumulação primitiva”.

Correspondente a essa ideia que Kowarick (1979) constrói o argumento referente à existência de uma espoliação urbana à qual os trabalhadores estariam submetidos. Ele identifica um processo constante de transferência de mais-valor, nas mais variadas formas, dos trabalhadores para a burguesia. Nesse sentido, a autoconstrução e as ocupações poderiam muito bem fazer parte também dessa espoliação urbana.

É claro que as periferias e ocupações são o atestado de que o sistema capitalista e a sua lógica de acumulação continuam apoiando-se sobre essas formas de exploração expressas nas nossas cidades. É referente a essa dimensão que Oliveira (2006) afirma que a reprodução do capital continua assentada na exploração das classes trabalhadoras, inclusive quando estas estão garantido sua própria reprodução no espaço urbano. Com isso, é como se o capital extraísse sobretrabalho dos trabalhadores urbanos para baratear os custos de produção da mercadoria-cidade.

Como vem esclarecer Maricato (2003), a evolução das favelas e ocupações no Brasil é determinada pela reprodução da força de trabalho nos níveis que foram necessários para ocorrer o processo de industrialização e urbanização no país. Como destaca a autora, nos países periféricos, a industrialização ocorrida tardiamente era levada a cabo com baixos salários e com baixa inserção dos trabalhadores no mercado

de trabalho formal. Como consequência, a moradia também não foi obtida via mercado formal.

As habitações e as áreas de ocupação são extremamente precárias, muitas das vezes situadas em áreas de risco, mas que são extremamente necessários para a reprodução do capital. O exército industrial de reserva hoje se torna um exército informal possuidor de uma funcionalidade no processo de reprodução e acumulação de capital.

Dessa forma, Maricato (2003) afirma que a ocupação ilegal está na ausência de uma política pública que abranja a ampliação do mercado formal de moradias. No entanto, trata-se, de fato, de uma escolha política do poder público em manter a situação como tal, favorecendo a acumulação realizada pela classe capitalista. Em outras palavras, as ocupações representam uma política alinhada com os interesses de classe da burguesia que prevê sempre o aumento da apropriação de lucro.

Além da perspectiva referente estritamente à questão da força de trabalho, existem outras posturas críticas. Oliveira (2006, p. 73) aprofunda sua análise referente ao processo de trabalho coletivo nas ocupações para entender a motivação que leva à realização do trabalho. Nas palavras do autor:

É preciso que exista um ente místico chamado povo para o mutirão funcionar, e esse povo é a comunidade. Cria-se aquela comunidade ilusória, que não resiste um dia depois de concluídas as casas, para obrigar cada um a doar o próprio trabalho: isso não é formação de cidadania. Sinto muito, está no polo oposto.

Dessa forma, Oliveira (2006) identifica uma dimensão das ocupações que não estariam voltadas à formação da cidadania coletiva, mas, na verdade, atuando a partir de uma dimensão ilusória que não garante uma unidade àqueles que constroem e moram na ocupação.

Assim, estamos de frente a críticas que verdadeiramente estão presentes no processo de ocupação realizado pelos trabalhadores nas cidades contemporâneas em sua tentativa de habitar.

A VIRTUDE DO VÍCIO

Embora a crítica às ocupações seja necessária, é importante compreender a forma contemporânea pela qual é produzida. Nesse sentido, podemos considerar a contribuição de Ferro (2006), já comentando o texto de Oliveira (2006), ao levar em conta que a sequência proposta por Oliveira (2006) em que par-

te do fenômeno da autoconstrução para argumentar, teoricamente, sobre o achatamento dos salários das classes trabalhadoras é, na realidade, outra. O ponto de partida seria exatamente a existência de um exército de reserva (parte absorvido em subempregos hiperprecarizados); assim, a baixa do salário que reflete em uma redução dos recursos que sobram para a moradia também reflete na autoconstrução, que passa a ser quase que obrigatória para a reprodução material da vida.

Mais do que isso, é necessário considerar, além da necessidade básica e emergencial do morar, que as ocupações oferecem considerável recomposição do salário dos trabalhadores. Ao ocupar um terreno ou um imóvel abandonado, os ocupantes se isentam de uma série de custos como os da luz, água, impostos e aluguéis. Além do que, algo observado muitas vezes, as pessoas têm a chance de disporem de espaços para criação de produtos hortigranjeiros, abatendo, assim, mais um gasto dentre os demais (CANETTIERI, 2014).

Ferro (2006), ao comentar a última passagem citada do texto de Oliveira (2006), afirma que é exatamente a dimensão das carências que pode garantir a coesão dessas comunidades. Ele relembra o final do “Manifesto do Partido Comunista” de Marx e Engels (2011), no qual se afirma que “os proletários não têm nada a perder a não ser as correntes [...]”. A união existe exatamente naqueles totalmente carentes e que, assim, a partir da necessidade e da emergência, possuem o ímpeto de alguma mudança.

Ainda, para além da dimensão econômica mais imediata, é necessário destacar que, exatamente por sua negatividade intrínseca, as ocupações podem oferecer oportunidades tais como a participação em projetos políticos emancipadores, conscientização e formação de novas subjetividades pelo trabalho e viver compartilhado das ocupações.

Como argumenta Lopes (2006), os movimentos e organizações populares que se empenham como tarefa de um projeto político (nos termos em que define Evelina Dagnino¹), utilizando-se das ocupações urbanas e dos mutirões autogeridos, apostam no seu potencial de transformação desta estrutura urbana criadora das condições materiais para que parte da população esteja sem suas moradias. Assim, o processo de organização do trabalho cooperativo no mutirão seria o ensaio para a elaboração de novas formas

1 “Estamos usando o termo projeto político num sentido próximo da visão gramsciana, para designar os conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes agentes” (DAGNINO, 2002, p. 282)

de organização social para além da ocupação, embora voltadas para a cidade em si.

O trabalho em que as pessoas estariam ombreando umas com as outras na produção da moradia representa um movimento em cadeia estendido à consciência perceptiva desses sujeitos. A expectativa em torno deste processo é que o trabalho autogestivo, livre, de certa forma, das práticas capitalistas do emprego (como o salário), seria o ativador e/ou catalisador na produção de uma nova subjetividade que se estende para outros âmbitos da existência. Isto é, a produção de moradia como experimento de uma outra organização do trabalho. Como afirma Ferro (2004, s.p.): “a autoconstrução coletiva pode remodelar as relações de produção. [...] O objetivo determinante não é mais a produtividade cega – mas a realização de um projeto coletivo atento às condições e relações dignas de produção”. São os canteiros das ocupações, em organização coletiva baseada na autogestão, que permitem que as autoconstruções sejam verdadeiros laboratórios experimentais de novas condições e relações de produção a partir da coletividade que, por sua vez, aponta a uma outra direção.

Dessa forma, devemos reconhecer que as ocupações e os mutirões que as constroem são verdadeiros processos de resistência em contraposição às estratégias hegemônicas de produção habitacional (MARTINS, 2013). São ações práticas que possibilitam apontar a cidade para além de um espaço de reprodução do capital, vislumbrando, assim, um espaço de lutas, de construção coletiva e democrática (CARLOS, 2003). E, deste entendimento, o ato de ocupar é também um ato subversivo de não submissão à lógica mercadológica de acesso à moradia. Essa discussão está presente no texto de Benjamin (2008) ao reconhecer, no ato de ocupar, a abertura de um outro espaço político onde os atores são exatamente aqueles “de baixo”: os pobres, os excluídos, os marginalizados.

É necessário, portanto, lembrar o trabalho de Gould (1995), *“Insurgent Identities”*, referente à Comuna de Paris. Para o autor, foi no momento do trabalho conjunto, como a fortificação das barricadas, que a dimensão de classe se tornou mais intensa e permitiu a construção de uma identidade compartilhada. Essa “[...] *network of social relationships in which potential protesters are implicated*” foi essencial para a formação da “identidade insurgente” e, portanto, para o “sucesso” da Comuna. De forma análoga, considera-se que o trabalho do precariado urbano seja potencialmente capaz de criar uma identidade insurgente.

É a partir dessa dimensão como Benjamin (2008)

apresenta o termo *“occupancy urbanismo”* para designar a ação destes grupos pobres e excluídos que passam a agir ativamente sobre o desenho da cidade e na prática urbana. O autor reconhece que esses espaços representam espaços multifacetados, mas que contribuíam na formação de uma política local autônoma capaz de representar um movimento indisciplinado e subversivo contra as lógicas dominantes da globalização “globalitária” neoliberal.

Na mesma seara de interpretação, Swyngedouw (2014, p. 3) afirma que esses processos de ocupação do espaço a partir de outras lógicas, além daquela capitalista, significa um ato performativo que “define o tipo de igualdade, expõem o errado e aspira a transformação dos sentidos e do sensível para tornar senso comum o que nem era sensível antes”. Só assim, segundo o autor, é possível mobilizar uma nova “partilha do mundo sensível” sob outras bases, experimentadas exatamente por aquela parte da não parte². Esses sujeitos da não parte da sociedade desregulam as formas de percepção, representação e produção do espaço da cidade em direção a uma outra forma de organização.

No limite, o ato de ocupar e essa forma de produção do espaço representa a ascensão dos indivíduos excluídos à condição de sujeitos, como é explicitado por Axel Honneth (2009) em sua *“Gramática Moral dos Conflitos Sociais”*. Assim, esses sujeitos dão visibilidade às suas narrativas em oposição às metanarrativas que usualmente dominam o espaço urbano (por exemplo, “O Mercado”). E esse conflito é motivado a partir das estruturas que coordenam a reprodução das classes sociais. Portanto, não seria errado situar as ocupações como expressão material da luta de classes na cidade – afinal, como afirmou Marx (2009), a luta de classes é o motor da história.

Deve ser lembrado que mesmo não tendo clara a dimensão ampliada de uma luta anticapitalista, os trabalhadores que passam a fazer parte de uma ocupação permitem o agenciamento de novas formas de subjetividade que se atualizam a partir do movimento material de se inserirem na cidade.

Por isso, as ocupações podem apontar para um outro horizonte. Segundo Gohn (1991, p. 47), “os movimentos populares urbanos contribuem para a gestação de formas alternativas de um poder popular”. A autora ressalta que essa população desenvolve a conquista de espaços para a constituição das camadas subordinadas como produtoras da moradia e da cidade.

² Termo presente na obra de Rancière (1999).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: AS CONTRADIÇÕES DE OCUPAR

Para a compreensão das ocupações, é necessário reconhecer, como faz Oliveira (2006, p. 73), que este “é um território extremamente ambíguo”. Repleto de contradições internas, devemos lembrar o que Milton Santos (2000, p. 63) chama de “esquizofrenia do local” – não em sentido pejorativo, mas identificando um duplo caráter destes territórios: “tem-se a obediência e a revolta. Há sempre as duas coisas”.

De fato, a ocupação representa uma submissão dessas famílias dentro da lógica capitalista a partir de uma inserção destas nessa própria lógica (e de sua produção do espaço) da forma mais perversa. Na ocupação, acontece a exploração de setores “atrasados” de produção marcados pela acumulação primitiva e que levanta a taxa média de lucro, integrando-se, portanto, como atividade que desempenha fundamental papel no processo da acumulação capitalista. Essa relação é muito bem explorada pela teoria dos dois setores da economia desenvolvida por Milton Santos (1979).

Assim, deve-se entender esse processo das ocupações como expressão da contradição entre capital e trabalho. Não existe, nestes processos, uma essência revolucionária ou uma dominação como monólito. A questão é, exatamente, entender as ocupações como contradições dentro da própria contradição. Como é argumentado em Canetti e Valle (2015), a existência de uma potência revolucionária para a mudança social não é derivada apenas de volteios dialéticos entre negatividade e positividade; tampouco a dominação é vista como uma estrutura fechada isenta de paradoxos internos. Como isso, é necessário lembrar que as ocupações são espaços de reprodução a baixos custos da força de trabalho, as quais permitem que a acumulação de capital e a manutenção de um imenso exército de reserva coexistam sem onerar o Estado ou o capital com todos os custos passados ao trabalhador. Ao mesmo tempo também que significa uma abertura de mudança precisamente por tratar-se de um espaço em que a reprodução fica a cargo do trabalhador. Isto o permite produzir outros sentidos da vida urbana baseada no trabalho não assalariado e na convivência comunitária em prol da formação de uma politização decorrente deste processo.

Assim, a efetivação e consolidação do desdobramento de uma ocupação vai depender da correlação de forças que incidem sobre aquele território durante uma “janela de tempo³” na qual é sustentada por essa

contradição. Durante um tempo, ocorre a disputa por via de organizações políticas e movimentos sociais, tentando catalisar a mudança social por esses processos de provimento de moradia. Ou, do outro lado, Estado e Capital aparecem tentando cooptar a ocupação para que se torne apenas mais um bairro entre os demais, transformando-a em curral eleitoral em contrapartida do oferecimento de um mínimo de direitos.

A primeira tarefa daqueles engajados numa crítica do estado atual das coisas é reconhecer que não existe necessariamente uma síntese positiva deste processo, tal como Adorno (2009) já anunciava. Tudo vai depender da capacidade de mobilizar as periferias e ocupações em torno de um projeto político que parta exatamente das condições que as geraram, aproveitando ao máximo essa tensão contraditória dos opostos.

Assim, na contradição da produção do espaço urbano, na expressão da luta de classes, a ordem hegemônica que sujeita a (re)produção da vida à lógica da acumulação capitalista “não deixa de não encontrar” práticas sociais contrárias. As ocupações não são meramente voltadas para o acesso direto à moradia (concebê-las de tal modo significaria um achatamento de seu sentido). Embora, de fato, a casa e o morar sejam elementos centrais na articulação desses movimentos, seu alcance acaba por interrogar as formas de praticar e conceber as condições de existência na cidade. Assim, uma ocupação é expressão espacial do dissenso na cidade (RANCIÈRE, 1999).

A ocupação, autoconstruída no regime de mutirão, nega a cidade capitalista, embora, para isso, a cidade capitalista deva existir. Ela se opõe ao estado errado das coisas exatamente por fazer parte dela. São, enquanto negação-constituente das atuais relações de produção, ensaio para novas relações possíveis. Isso porque elas se realizam a partir, e tão somente, dentro das contradições. São como evidências concretas e matérias da contradição capital e trabalho.

É, portanto, especificamente a partir da experiência da parcela da população mais excluída do capitalismo como acontece o ensaio de meios e formas criativas de se estar na cidade a partir da autonomia (em contraposição à heteronomia), da construção do poder popular (em contraposição ao poder do capital) e da sociabilidade comunitária ou comum (em contraposição à sociabilidade individual-abstrata).

Evidente, como lembra Ferro (2004), que as experiências das ocupações carregam a incerteza de

3 Aqui, quero dizer que existe um tempo de manutenção dessas aberturas e que, eventualmente, elas se tornam impermeáveis para um ou outro lado da contradição.

3 Aqui, quero dizer que existe um tempo de manutenção des-

toda antecipação e suas ambiguidades, algo que as obrigam permanecerem no interior de uma primeira negação como reação ao estado das coisas já dado. Todavia, mesmo assim, chamam a atenção para questões importantes ao se pensar uma nova organização social, ousando na criação de propostas e alternativas; são os paradoxos próprios de uma forma futura que é vivida no presente. Žižek (2006, p. 268) salienta para entender esses espaços da autoconstrução na cidade como, usando os termos de Badiou, “*eventual sites*”, isto é, lugares onde se abre espaço para que um procedimento-verdade ocorra.

As ocupações devem ser entendidas de maneira análoga ao trabalho fabril que Marx (2013) descreveu, assumindo toda a contradição nele existente. Naquele local, dentro dos muros das fábricas, era o local de exploração dos trabalhadores, de onde se extraía sua mais-valia para a valorização do capital. No entanto, o lugar de exploração representa, ao mesmo tempo, a possibilidade de mudança. Como é descrito por Marx e Engels (2009) no “Manifesto”, os trabalhadores – exatamente por sua condição enquanto trabalhadores – representavam os sujeitos capazes de atuar na mudança do regime, e a organização dos trabalhadores, inclusive dentro das fábricas, era entendida como fundamental em qualquer processo que objetivasse alguma mudança.

No entanto, mais do que a possibilidade de um sujeito revolucionário, encontramos, derivada da concepção materialista da história⁴, repetidas vezes nos textos de Marx e Engels (1988; 2009), referências a organizações dos trabalhadores além da dimensão da sociabilidade capitalista: outras formas de organização do trabalho que não estavam inseridas na reprodução do capital. Formas estas que objetivavam, em primeiro lugar, a reprodução material da vida da classe dos trabalhadores. Assim, encontramos na “Resolução do I Congresso da AIT”, a defesa de Marx e Engels (1988) pela formação de cooperativas operárias de produção. Anos mais tarde, Marx (1982), no texto referente à “Reivindicações do Partido Comunista na Alemanha”, propõe “ateliês” nacionais, também à margem do sistema, como forma de realização e organização do trabalho operário.

Essas formas de organização do trabalho podem ser comparadas à forma que as famílias pobres das cidades contemporâneas têm encontrado para se morar. Com toda a contradição própria, representam a exploração desta classe, mas, ao mesmo tempo, a realização de uma outra dimensão que se confronta,

diretamente com a forma capitalista de produção do espaço. O novo já se encontra como germen no seu contrário sob a forma de sua negação determinada. Assim, as ocupações podem ser interpretadas a partir da negação que, “esticada” até seu limite, oferece uma ruptura a despeito de todas as contradições que carregam consigo, ou seja, a oportunidade de uma mudança, que, mesmo sem qualquer garantia de uma síntese positiva, continua sendo uma abertura que deve ser aproveitada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Pedro. La Ciudad Calidoscopica. **Apuntes del Cenes**, v. 28, p. 125-196, 2009.
- ADORNO, Theodor. **Dialética Negativa**. São Paulo: Zahar Editores, 2009.
- ALVES, Glória da Anunciação. As Resistências no Processo de Produção do Espaço. In: **Anais do X ENANPEGE. Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia**. Campinas, 2013.
- BENJAMIN, Solomon. Occupancy Urbanism: Radicalizing Politics and Economy beyond policy and programs. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 32, 2008.
- BENSAÏDE, Daniel. **Resistencias, ensayo de topología general**. Espanha: El viejo topo, 2001.
- BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. **Periferias: Ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho**. São Paulo: FAU-USP, 1979.
- CANETTIERI, Thiago. Ocupações, remoções e luta no espaço urbano: a questão da moradia. **e-Metropolis**. n. 17. ano 5. p. 22-29. 2014.
- CANETTIERI, Thiago; VALLE, William Azalim. Dos excluídos da cidade à revolução urbana: a formação de um novo sujeito coletivo. **e-Metropolis**, v. 22, 2015.
- DAGNINO, Evelina. **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- FERRO, Sérgio. Nota sobre a usina. 2004. **Usina Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado**. Disponível em: www.usina-ctah.org.br/nota-sobreausina.html. Acessado em: 14/07/2015.
- FERRO, Sérgio. Notas sobre O Vício da Virtude. **Novos Estudos**, v.76, 2006.
- GOHN, Maria. **Movimentos Sociais e a Luta pela Moradia**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.
- GOULD, Roger. **Insurgent Identities: Class, Community and Protests in Paris from 1848 to the Commune**. Chicago: University of Chicago

⁴ “A primeira condição de toda história humana é, evidentemente, a existência de seres humanos vivos” (MARX; ENGELS, 2006).

- Press, 1995.
- HARVEY, David. **A Importância da Imaginação Pós-Capitalista. (Entrevista)**. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2013/08/27/aimportancia-da-imaginacao-pos-capitalistasegundo-david-harvey/> Acesso em: 05/09/2013
- HARVEY, David. **Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Edusp, 1980.
- HARVEY, David. **Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution**. Londres: Verso, 2012.
- HARVEY, David. **The Urbanization of Capital**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1985.
- HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento: A Gramática Moral dos Conflitos Sociais**. São Paulo: Editora 34, 2009.
- KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- LOPES, João Marcos. O anão caolho. **Novos Estudos**, v.76, 2006.
- MARICATO, Ermínia. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**. v.17, n.48, 2003.
- MARTINS, Ananda. Lutas Sociais e a Cidade: o desvelar das resistências e suas espacialidades no Distrito Federal no contexto da urbanização contemporânea. In: **Anais do X ENANPEGE. Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia**. Campinas, 2013.
- MARX, Karl. **Miséria da Filosofia: resposta à Filosofia da Miséria, do Sr. Proudhon**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MARX, Karl. **O Capital**. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. **Obras Escolhidas**. Lisboa: Avante!, 1982.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Fundamentais: La Internacional**. México, FCE, 1988.
- OLIVEIRA, Francisco. O Vício da Virtude – Autoconstrução e Acumulação Capitalista no Brasil. **Novos Estudos**, v.76, 2006.
- RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. In: NOVAES, Adauto (org.) **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- ROY, Ananya. Slumdog Cities: Rethinking Subaltern Urbanism. **International Journal of Urban and Regional Research**, v.35, 2011.
- SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido**. São Paulo: Hucitec, 1979.
- SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. São Paulo: Hucitec, 1978
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.
- SWYNGEDOUW, Erik. Insurgent urbanity and the political city. MOSHSEN, Mostafavi. **Ethics of the Urban: the city and the spaces of the political**. Zurique: Lars Müller Publishers, 2014.
- ZIZEK, Slavoj. **The Parallax View**. Cambridge, Mass: MIT Press, 2006. ■